

[textos de parede]

Às vésperas da efeméride de 200 anos da chegada de Leopoldina ao Brasil por ocasião de seu casamento com dom Pedro, o MAR, sob a gestão do Instituto Odeon, apresenta a trajetória da princesa e seu papel fundamental para a vida política e o fomento às artes e à ciência do país, então parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Aproximadamente 350 peças – obras de arte, iconografia, documentos, mobiliário e peças botânicas, zoológicas e minerais – revelam aspectos ainda hoje inéditos da vida de Leopoldina, como documentos de sua intimidade (a exemplo de seu *Vade mecum*, um livro com normas de conduta) e seu papel chave na declaração da Independência.

Com foco na participação política da princesa, esta exposição se torna especialmente produtiva neste momento em que o país vivencia instabilidades em sua democracia e incita o olhar crítico para o período histórico em que viveu Leopoldina, no qual o Brasil adquiriu o status político que ainda hoje o define enquanto nação. Leopoldina participou da elaboração de símbolos que persistem como projeto de unidade nacional, como as cores verde e amarela, sugeridas por ela. Pensar a princesa à luz do Brasil, e vice-versa, nos ensina os meandros da constituição e das disputas dos poderes, agenciamentos que passam por questões tanto sociais quanto privadas, como o lugar da mulher na sociedade e, mais especificamente, as vidas e as singularidades de tantas mulheres.

Com *Leopoldina, princesa da Independência, das artes e das ciências*, o MAR amplia seu compromisso com a pluralidade de histórias do Rio de Janeiro e seus sujeitos. A exposição integra nosso eixo curatorial dedicado à cidade, composto de *Rio de imagens* (2013), *Do Valongo à Favela: imaginário e periferia* (2014) e *Rio Setecentista, quando o Rio virou capital* (2015). O museu agradece à Embaixada da Áustria no Brasil pela generosa parceria, bem como a fundamental contribuição da embaixadora Marianne Feldman para a compreensão dos desafios de Leopoldina em meio a uma sociedade colonial e machista e para a articulação de uma rede de colaboradores – como o projeto Música Brasilis e o Weltmuseum Wien. Agradecemos também aos doadores engajados com a tarefa de adensar a Coleção MAR a partir da oportunidade de pesquisa e formação de acervo que esta exposição representa.

Carlos Gradim

Diretor-presidente do Instituto Odeon

Museu de Arte do Rio – MAR

Leopoldina, a princesa da Independência, das artes e das ciências

Esta é uma exposição em torno da história de uma mulher que, apesar da fatídica sorte de ser instrumento de diplomacia e política entre dois impérios do século XIX – o austríaco, dos Habsburgo, e o português, de Bragança –, contribuiu para desvincular definitivamente o Brasil de sua condição colonial e construí-lo como nação.

Ao ir além da vida projetada de princesa cujo casamento com dom Pedro seria estratégico para a manutenção dos poderes instituídos, Leopoldina tornou-se uma das protagonistas da

Independência do Brasil. Por seu estímulo e investimento nas ciências e nas artes, a princesa austríaca foi peça significativa na constituição de um campo de conhecimento sobre o país e sua diversidade biológica e cultural.

Leopoldina, princesa da Independência, das artes e das ciências articula questões que atravessaram a vida privada e política da imperatriz, aspectos cruciais da história brasileira e do mundo colonial. O Congresso de Viena, o cotidiano da família real no Brasil e sua descendência, a Missão Científica Austríaca, resistências indígenas, negras e judaicas, o fomento dado pela princesa à música e às outras artes, a amizade com José Bonifácio, a força política da Bahia e, por fim, a participação de Leopoldina no processo de independência são alguns dos focos da exposição, que entrecruza obras de naturezas diversas.

A exposição problematiza a narrativa masculina da história, que não foi ainda capaz de dar a Leopoldina e a tantas outras mulheres, como Maria Graham e Maria Quitéria de Jesus, o devido espaço e reconhecimento de suas atuações históricas e das ressonâncias contemporâneas de suas trajetórias. A presença de seu nome em tantas partes da cidade, da Estação Leopoldina à Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, é um forte indício do legado da princesa que foi rainha e imperatriz e dos modos pelos quais sua imagem e trajetória – a despeito da morte prematura – aderiram intimamente à história do Brasil e do Rio de Janeiro.

Luis Carlos Antonelli, Paulo Herkenhoff e Solange Godoy
Curadores

Pieter Tjabbes
Curador-adjunto

[1] Casamento como estratégia política

Bellagerantalli, tu, felix Austria, nube.

Deixa que os outros façam a guerra; tu, feliz Áustria, casa-te.

Durante séculos, casamentos reais funcionaram como formas de aliança e de apoio político. Por meio do matrimônio construía-se uma teia de interesses e de solidariedade que integrava a cartografia geopolítica do continente europeu.

O príncipe de Metternich, diplomata austríaco, viu no príncipe herdeiro português dom Pedro a possibilidade de fortalecimento dos laços entre os reinos da Áustria e de Portugal, de ideais monárquicos absolutistas. Para dom João, foi a oportunidade de estreitar novas alianças com tradicionais dinastias fora do domínio inglês. O casamento era um ato político e não um impulso sentimental.

Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena, a princesa Leopoldina, conhecia bem o papel que deveria exercer como esposa e mãe. Solteira, lhe restaria a condição de arquiduesa da Áustria. Já na América, poderia tornar-se rainha de um reino transcontinental. Por meio do casamento com dom Pedro, aos 20 anos, se submeteu à vinda ao Brasil com paixão, mas, com o passar dos anos, a melancolia e o isolamento a tomariam. Perto da morte, em carta de 1826 a Maria Luísa, sua irmã predileta – que, em 1810, fora destinada ao casamento com o imperador dos franceses, Napoleão Bonaparte –, Leopoldina

escreveu: *Nós, pobres princesas, somos tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado.*

[2] Nascimento e infância

A arquiduquesa da Áustria, Leopoldina, nasceu em 22 de janeiro de 1797 em Viena. Foi a sexta filha de Francisco I e sua segunda esposa, Maria Teresa Carolina Josefina de Bourbon Nápoles e Sicília. Com apenas 10 anos de idade, viveu o falecimento da mãe que, aos 35 anos, havia dado à luz 12 filhos, dos quais cinco morreram ainda na primeira infância. Em 13 de abril de 1807, um dia após seu último e malsucedido parto, deixou sete órfãos que seriam educados pela terceira esposa de Francisco I, Ludovica d'Este. Não apenas sua infância, mas a própria Europa atravessava tempos agitados. Em duas ocasiões, aos 8 e 12 anos, Leopoldina foi obrigada a fugir de Viena, cidade ameaçada por Napoleão Bonaparte.

Faziam parte da formação dos arquidukes e das arquiduquesas estudos regulares de leitura, escrita, aritmética, alemão, francês, italiano, latim, religião. Em seguida, dedicavam-se à dança, ao desenho ou à pintura, à história, à geografia, às ciências naturais, à música e ao cravo. Eram frequentes as visitas a museus, jardins botânicos, fábricas e campos agrícolas. E, não raro, participavam de bailados, atuavam em peças teatrais e tocavam instrumentos para uma plateia com o objetivo de se adaptar aos cerimoniais e à exposição pública. Mantinham hábitos requintados e atividades frequentes entre os palácios de Schönbrunn, de Hoffburgo e de Luxemburgo.

Leopoldina teve uma infância marcada pela rigidez com os estudos, estímulos culturais diversos e as sucessivas guerras que ameaçavam o império de seu pai. Gostava muito de ler e de estudar ciências naturais, sobretudo mineralogia, botânica, zoologia, astronomia e física. Recolhia e colecionava amostras de minerais, conchas, flores, plantas e moedas. Ótima aluna, foi especialmente talentosa com desenhos e música.

[3] Congresso de Viena

Com a derrota de Napoleão Bonaparte, entre 1814 e 1815 reuniram-se em Viena 216 chefes de delegações para recuperar o poder das monarquias absolutistas e organizar a nova geopolítica da Europa e suas possessões coloniais após quase três décadas de guerra. Viena voltava a ser o centro da vida política, social e intelectual do Velho Continente, e se tornava palco de articulações comparáveis apenas aos concílios da Idade Média.

Enquanto alguns poucos diplomatas decidiam o destino do mundo, outros eram distraídos com festas deslumbrantes, caçadas, saraus, bailes de máscaras e prazeres de toda ordem. Leopoldina participou desses eventos e acompanhou de perto o combate sistemático ao “infame comércio” escravocrata liderado pela Inglaterra, os debates sobre a legalidade e a tolerância à religião judaica e a formação da Santa Aliança. Formada por três impérios cristãos – a Rússia ortodoxa, a Áustria católica e a Prússia protestante –, essa liga de nações contrária às ideias da Revolução Francesa empreendia uma luta ferrenha para deter as aspirações de liberdade e igualdade. Todas as constituições, mesmo as concedidas pelos monarcas, eram malvistas. Apenas eram admissíveis instituições que emanassem diretamente do trono.

Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia, duramente atingidas pelas guerras napoleônicas, defendiam a reorganização de suas possessões territoriais. Portugal saíra enfraquecido, mas dom João foi o único monarca que enganou Napoleão ao transferir sua corte para a rica

colônia portuguesa na América. Em fins de 1815, a decisão de elevar o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves foi mais um golpe diplomático estratégico para valorizar o reino português. Os olhos da Europa se voltavam para o continente americano em franca ebulição.

[4] O casamento

O marquês de Marialva, emissário da corte de dom João VI para tratar do casamento, apresentou à princesa a imagem de um Brasil paradisíaco, que Leopoldina descreveu para a irmã Luísa, em 4 de outubro de 1816, como

país magnífico e ameno, terra abençoada que tem habitantes honestos e bondosos; além disso louva-se toda família, têm muito bom senso e nobres qualidades... mas esteja convicta que o meu maior empenho será corresponder à confiança que toda família e meu futuro esposo em mim depositam através de meu amor por ele e do meu comportamento

O casamento foi realizado por procuração em Viena, no dia 13 de maio de 1817, data de aniversário de dom João VI. O noivo, que não estava presente, foi representado em cerimônia pelo arquiduque Carlos, tio paterno de Leopoldina. No Rio de Janeiro, também foi festejada a notícia do ajustado enlace. Mas dom Pedro I e a arquiduquesa da Áustria só se viram pela primeira vez cinco meses depois – a bordo do barco que a trouxera. Dona Leopoldina desembarcou no Rio de Janeiro em 5 de novembro. No dia seguinte, as definitivas cerimônias de matrimônio se pronunciavam na Capela Real e enchiam de vida eventos por toda a cidade.

[5] A viagem

A viagem de Leopoldina ao Brasil foi difícil e demorada. A arquiduquesa partiu de Viena em direção a Florença em 2 de junho de 1817, onde esperava definições da corte portuguesa para prosseguir com a travessia que a levaria ao marido, dom Pedro. Ainda era recente o restabelecimento da ordem monárquica, destituída em Recife por revoltosos de ideias liberais no episódio conhecido como Insurreição Pernambucana.

Dona Leopoldina embarcou em Livorno, na Itália, na esquadra portuguesa composta das naus D. João VI e São Sebastião. Era a primeira vez que via o mar. Com uma bagagem de princesa e numerosa comitiva, enfrentou 86 dias de travessia nas águas do Atlântico. Quarenta caixas da altura de um homem contendo o enxoval, livros, suas coleções e presentes para a futura família somavam-se a algumas damas da corte, uma camareira-mor, um mordomo-mor, seis damas, quatro pajens, seis nobres húngaros, seis guardas austríacos, seis camaristas, um esmoler-mor, um capelão, um secretário particular, um médico, um mineralogista e seu professor de pintura.

Partiu definitivamente rumo ao Brasil em 15 de agosto. As diferenças de hábitos e costumes, notadas já no período em que esteve embarcada, prenunciavam as dificuldades que teria de enfrentar no Rio de Janeiro. A primeira vez que pisou em território português, contudo, não foi em terra *Brasilis*, mas na Ilha de Madeira, em 11 de setembro de 1817. Enquanto os navios de sua comitiva abasteciam e sofriam reparos, seus 20 anos e o olhar de jovem esposa

à espera do primeiro encontro com o marido se imortalizavam em uma pintura, retrato de autoria desconhecida, aqui apresentada.

[6] O Rio de Janeiro

Sem saneamento ou projeto de urbanização, espremida entre céu, floresta e montanha, em março de 1808 o Rio de Janeiro recebeu de uma só vez cerca de 15 mil novos habitantes, que se somariam aos 50 mil já comprimidos na baixada dos morros do centro. A chegada da família real portuguesa era a maior transferência de europeus feita de uma só vez a um ponto dos trópicos.

Em 1817, a cidade atinge 110 mil habitantes, muitos deles estrangeiros: franceses, ingleses e alemães. Passa a contar também com numerosa presença de sul-americanos comprometidos com a monarquia espanhola, que saíam de seus países tomados pelas revoluções republicanas em busca do único refúgio de legalidade monárquica no Novo Mundo. Entretanto, o Rio possuía apenas 158 chácaras e 600 residências confortáveis. A população transbordou para o Catumbi, Mata-Porcos e Mata-Cavalos. Assim, a capital cresce rumo a Lapa, Glória, Botafogo, Estácio e arrabaldes. Em poucos anos, a cidade se transformará em um porto opulento com burguesia abastada composta de comerciantes e burocratas da máquina administrativa portuguesa. Uma população urbana com laços muito frouxos de sociabilidade e que dependia e convivia cotidianamente com a escravidão.

[7] Mobiliário Estilo dona Maria I (1777-1792)

O século XVIII brasileiro foi um período de importante produção artesanal de mobília, que estava integrada não apenas à arquitetura civil e religiosa, mas também à escultura e à talha. Nesse período, formas mais sóbrias se delinearam, sugerindo uma transição do rococó ao neoclassicismo. Os móveis ganharam um corte circular, ou seja, tornaram-se cilíndricos com estrias, como colunetas. Vazados, fios de pérola, festões de flores e laços de fita entalhados em madeira estão entre os novos elementos decorativos. De modo geral, os móveis – como as camas, consideradas as peças mais interessantes no estilo, com suas cabeceiras ovais ou hexagonais com pinturas ou tecidos – também passaram a apresentar corpos mais retangulares, com pouca talha e incrustações de madeira clara, em filetes, sobre superfícies lisas.

[8] Prataria Estilo dona Maria I (1777-1792)

Há uma simplificação decorativa para valorizar superfícies e perfis e os ornatos gravados dominam os repuxados, evolução inspirada na arte antiga revelada pelas escavações de Pompeia, iniciadas em 1755. Em Portugal, essa introdução foi quase contemporânea do neoclassicismo da França e da Inglaterra. Panejamentos, grinaldas, medalhões ou escudos, às vezes rematados por laços, frisos de louros e bagos, gregas, acantos, fitas, campânulas, madressilvas, canelados e frisos de pérola são elementos clássicos que marcam a prataria do estilo. Nas salvas, tinteiros, galheteiros etc., surgem as gradinhas que ajudam a dar encanto e fragilidade à ourivesaria neoclássica.

[9] Missão Artística Francesa

A presença da corte portuguesa nos trópicos propiciou a busca por uma estética compatível com a metrópole que sediava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com esse objetivo foi criada, em 1816, uma escola de artes e ofícios. A ideia de contratar artistas reconhecidos para formar artistas e trabalhadores industriais estava presente entre os nobres portugueses conde da Barca e o marquês de Marialva – homem responsável por negociar o casamento de dom Pedro com a arquiduquesa austríaca dona Leopoldina. Essas negociações só foram finalizadas por Francisco José Maria de Brito, em associação com Joaquim Lebreton, secretário da classe de belas-artes do Instituto da França e administrador das obras do Museu do Louvre.

A França estava em convulsão e já não era um território seguro. Artistas franceses bonapartistas perseguidos ou desempregados planejaram sua chegada ao Brasil em março de 1816: o chefe da missão, Joaquim Lebreton, o pintor Nicolas Taunay, o escultor Auguste Marie Taunay, o pintor Jean-Baptiste Debret, o arquiteto Grandjean de Montigny, o gravador Charles Pradier, o compositor, organista e mestre de capela Sigismund von Neukomm e o engenheiro mecânico François Ovide, além de artífices auxiliares e assistentes. Houve muita controvérsia quanto à prioridade da vinda da Missão Francesa. Muitos – como Spix e von Martius – mostravam-se contrários aos artistas egressos do período napoleônico; o Brasil careceria muito mais de artífices que de artistas. Apenas dez anos mais tarde seriam inauguradas as instalações oficiais da Academia de Belas Artes.

[10] Thomas Ender

Artista austríaco nascido nos subúrbios de Viena em 1793, participou da Missão Científica Austríaca que acompanhou Leopoldina em 1817 como pintor paisagista. Ender encantou-se com a arquitetura rude do Rio de Janeiro, de paisagem exuberante e iluminada. Matas e árvores imensas alcançavam os pés da cidade, frutos e legumes exóticos de todas as cores e todos os feitios, pássaros e flores de coloridos desconhecidos. Enfim, um paraíso tropical que o jovem e talentoso pintor registrou em cerca de 800 desenhos, guaches e aquarelas.

Antes de retornar a Viena em 1818, o relator oficial da missão viajou pelo interior do Brasil naquele mesmo ano, deixando uma documentação visual importante de Campinho, Santíssimo, Santa Cruz, Itaguaí, João Marcos, Retiro, Piraí, Bananal, Areias, Tacassava, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Pindamonhangaba, Taubaté, São Jorge, São Miguel e finalmente São Paulo – o mesmo caminho feito por dom Pedro, que no processo de independência culminará com o Grito do Ipiranga em 7 de setembro de 1822.

[11] Os passeios a cavalo

Leopoldina escolheu dedicar-se à equitação ainda na Áustria; soubera que o futuro marido era cavaleiro destemido e julgou, com acerto, que os longos passeios nos arredores do palácio poderiam trazer momentos de aproximação e encantamento. No decorrer da vida em comum, tais passeios escassearam, mas não o hábito da princesa de fazer longas escapadas ao Jardim Botânico, Cosme Velho, Botafogo e até para a Fazenda de Santa Cruz. Montava mesmo nos últimos meses de gestação, sendo as roupas de montaria as suas preferidas.

Passeava horas perdida identificando trilhas, enfrentando chuvas de verão, em diálogo permanente com a natureza e os habitantes da floresta. Caçava animais de pequeno porte para, posteriormente, enviá-los à Áustria; caçava também borboletas, coletava amostras minerais. A pesquisadora desabrochava, ocupando parte dos afazeres da princesa solitária.

[12] Missão Científica

O grande interesse em conhecer o Brasil, recém-aberto aos estrangeiros das nações amigas, motivou a Missão Científica de 1817 a coletar acervo para o Museu de História Natural da corte austríaca. Carl Franz Anton Von Schreibers, diretor do Museu Imperial de História Natural, organizador e conselheiro da missão, designou os seguintes funcionários da sua instituição:

Johann Natterer, zoólogo colecionador que explorou metodicamente as diferentes regiões do Brasil ao longo de 18 anos (1817-1835).

Heinrich Wilhelm Schott, botânico (jardineiro-chefe do Belvedere Imperial).

Ferdinan Dominik Sochor, ajudante de caça e embalsamador.

Johann Christian Mikan, diretor científico da expedição no Brasil (professor de história natural da Universidade de Praga).

Johann Baptiste Emanuel Pohl, mineralogista e botânico.

Thomas Ender, pintor paisagista.

Johann Buchberger, pintor de botânica.

Rochus Schuch, bibliotecário e mineralogista.

Franz Joseph Fruhbech, pintor e auxiliar de Rochus Schuch.

Johann Kammerlacher, médico e ornitólogo.

G. K. Frich, pintor.

A pedido de Maximiliano Joseph I, rei da Baviera, juntaram-se à expedição **Johann Baptist Von Spix** e **Carl Philip Von Martius**. Do governo da Toscana foi enviado **Giuseppe Raddi**. A partir dessa missão, Natterer, Schott, Pohl, Ender, Spix, Martius e Raddi se ligarão para sempre ao conhecimento e estudo da natureza do Brasil e à dona Leopoldina.

[13] O Museu Nacional e sua trajetória inicial

A ideia de coletar, exibir e preservar espécimes da fauna e da flora do Brasil existia antes da criação do Museu Nacional em 6 de junho de 1818, por ordem de dom João VI. O Museu Real deveria reunir as coleções de história natural e instrumentos trazidos com a transferência da corte e as peças já existentes e sistematizadas em território colonial. A Casa dos Pássaros, durante quase 30 anos, atuou coletando e enviando acervo para a metrópole: pássaros, conchas, peixes, minerais, pepitas de ouro e pedras preciosas. Acredita-se que esses objetos coletados tenham sido guardados no Arsenal de Guerra da Corte e depois na Academia Militar, até chegarem ao museu. Com a presença da corte no Rio, cria-se definitivamente o

Museu Real e o Jardim Botânico, projetos modernizadores arquitetados no período das reformas pombalinas para a antiga colônia.

A chegada de dona Leopoldina e da missão científica austro-húngara dotou a instituição de um caráter metropolitano e enciclopédico universal. Aberta ao público a partir de 24 de outubro de 1821, era composto de seis salas de exposição no Campo de Santana. Durante o século XIX, o Museu Real tinha as funções de difusão de conhecimento, normatização da coleta, apoio a pesquisadores e órgão de aconselhamento e controle em geologia, recursos minerais e agricultura; consagrando-se como referência no campo das ciências naturais.

[14] O Museu Brasileiro em Viena

O zoólogo Johann Natterer (1787-1843) coletou, em 18 anos de permanência no Brasil, um número impressionante de peças: 1.146 mamíferos, 12.293 pássaros, 1.678 anfíbios, 1.621 peixes, 32.825 insetos, 951 conchas, 73 moluscos, 1.729 vermes intestinais, 242 sementes, 430 minerais, 138 tipos de madeira, 216 moedas e 192 crânios, sobretudo de animais. Foram levados a Viena em 11 transportes e lá integrados ao Gabinete de Ciências Naturais da Corte. Suas coleções etnográficas são, com seus 2.217 objetos, as mais abrangentes e importantes de sua época, com foco nas culturas indígenas da Amazônia, em povos do Mato Grosso, do Gran Chaco e do leste da Bolívia. São também notáveis as coleções que documentam a cultura colonial do Brasil.

Em 1820, estas coleções passaram a ser exibidas no Museu Brasileiro, no prédio que já alojava o conjunto de múmias da corte austríaca. Para os objetos etnográficos, que em 1821 existiam ainda em pequena quantidade, foi reservada uma das 13 salas de exposição (entre as coleções zoológicas e botânicas). O Museu Brasileiro existiu até 1835, quando foi desmantelado. A coleção etnográfica, impressionantemente ampliada graças a Johann Natterer, foi apresentada na Casa Imperial da Áustria a partir de 1838. Em 1840, também foi desmantelada e os objetos guardados.

As aquarelas reproduzidas neste núcleo de *Leopoldina*, de uma série original de 20, são o principal documento que comprova a existência do Museu Brasileiro na Casa Imperial da Áustria. Nelas percebe-se que, embora as peças tenham sido arranjadas por grupos indígenas ou regiões, os critérios estéticos de organização não contemplaram seu verdadeiro significado ou importância. A atividade de coleta etnográfica foi um processo de descontextualização, pois a retirada dos objetos de seus nexos de sentido sociocultural imputava a eles novos usos e significados.

[15] A escravidão no Brasil colonial

O tráfico negreiro se intensifica com a demanda por mão de obra para a exploração de ouro e diamantes, as lavouras diversas e os serviços surgidos com o processo de urbanização. Barbeiros e cirurgiões dentistas, vendedores ambulantes e quitandeiras circulavam nas vilas e nas cidades com seus preguiçosos: eram os escravos de ganho, que prestavam serviços com licenças fornecidas anualmente pela Câmara Municipal aos seus donos.

Havia pescadores e marinheiros, operários e carregadores – alguns de dejetos humanos, conhecidos como “tigres”. Os escravizados caçadores matavam pacas, tatus, preás, lagartos e vendiam esses animais como iguarias. Já os caçadores convocados a trabalhar para os viajantes naturalistas se dedicavam à captura de aves, insetos, répteis e animais de maior

porte para as coleções de história natural. Alguns coletavam valiosos espécimes vegetais que eram vendidos. Muitos dos escravizados tornaram-se especialistas no assunto e suas moradias eram ponto de encontro de naturalistas. Segundo Debret, tanto Spix quanto Von Martius frequentaram algumas dessas casas e se entusiasmaram com as coleções.

[16] O Haiti é considerado o primeiro país do mundo a abolir a escravidão, em 1794. Além do desejo de liberdade, também os ideais da Revolução Francesa animaram esse processo histórico. O ex-escravo Toussaint Louverture foi o maior líder desse movimento de emancipação dos escravos e do país. Tendo se tornado governador da colônia, acabou sendo morto pelos colonizadores franceses por conta de suas ideias. As lutas prosseguiram, lideradas por Jean-Jacques Dessalines, que combateu até a Independência em 1804, mas desrespeitou a noção de igualdade entre os homens ao proclamar-se imperador. Durante seis décadas, os mercadores de escravos dos Estados Unidos e da Europa mantiveram um boicote comercial ao Haiti em represália por ele ter se tornado um modelo de emancipação por conquista por ex-escravos.

[17] Os símbolos do Império do Brasil

Proclamada a independência, toda a construção da nação restava por ser feita: a pacificação interna, a expulsão das tropas portuguesas, a centralização dos órgãos de administração na sede da monarquia, a regulamentação da burocracia e a criação do sistema monetário. Isso tudo se somava à necessidade de reconhecimento da independência por Portugal e pelas nações amigas. Havia ainda a constituição a ser promulgada, que não começara a ser sequer escrita, para ser jurada pelo imperador constitucional e perpétuo do Brasil. Tudo estava por fazer, tudo necessitava de símbolos e atributos que vestissem os atos de solenidade.

O hino foi composto pelo príncipe, a bandeira foi fruto da inspiração de Leopoldina que, a partir do verde dos Bragança e do amarelo da casa Habsburgo, elegia as cores imperiais como identidade nacional. A Missão Artística Francesa de 1816 possibilitou a ágil elaboração dos projetos e desenhos para as ordens honoríficas Imperial do Cruzeiro e Imperial do Dragão criadas por dom Pedro I, para a bandeira, a coroa imperial, o cetro, o manto, o novo brasão de armas e o pano de boca do Teatro São João, que foi feito por Debret e pode ser visto numa gravura do artista neste núcleo.

Dona Leopoldina, por conta da tradição portuguesa que reconhecia Nossa Senhora da Conceição como a verdadeira rainha de Portugal, não foi coroada. Assistiu a todo o cerimonial da tribuna especialmente destinada a ela e a sua filha mais velha, Maria da Glória, à época com menos de 3 anos. A cerimônia ocorreu na Capela Real, em 1º de dezembro de 1822. O imperador recebeu das mãos do celebrante os santos óleos e os símbolos da realeza. O ritual se inspirou na coroação dos imperadores alemães de Frankfurt, na coroação de Napoleão e no costume em uso na Hungria, que fendia o ar com um golpe de espada, em referência ao título de defensor perpétuo.

[18] José Bonifácio Ribeiro de Andrada

A construção do império foi obra de um príncipe português, de uma princesa austríaca e de um artífice brasileiro. Cada um a seu modo viabilizou o rompimento dos laços coloniais com

Portugal. Dom Pedro, com seu caráter forte e sua vocação para a liderança; dona Leopoldina, com sua capacidade de gerenciar a coisa pública – a grande figura feminina da construção do Brasil; e, finalmente, José Bonifácio, homem letrado e experiente.

Conhecedor da realidade europeia e portuguesa dos 30 anos que antecederam seu retorno ao Brasil em 1820, apresentou propostas avançadas para a monarquia constitucional que se fundava: a abolição do tráfico e a extinção da escravidão; a incorporação dos indígenas à sociedade em formação; a troca do latifúndio por pequenas propriedades que seriam geridas por "imigrantes europeus pobres, índios, mulatos e negros forros"; a preservação das matas e a renovação das florestas; o reconhecimento de novas vilas e cidades, além do aproveitamento público e distribuição das águas.

[19] Congada

A partir do século XVII, a mão de obra negra escravizada passou a ser predominante no Rio de Janeiro. A maior parte vinha de regiões da África sujeitas ao empreendimento colonizador europeu em associação com o reino do Congo, oficialmente convertido ao catolicismo em 1491. Isso justificava o apoio militar português nas guerras intertribais que alimentavam o comércio de gente.

As realezas africanas, com seus cortejos dançantes, foram parte integrante da estrutura de poder e sociabilidade das irmandades negras brasileiras, toleradas pelas autoridades nas grandes festividades públicas. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Ifigênia promoviam cultos católicos e rituais de coroação de reis e rainhas negras que incluíam cantos, danças e encenações acompanhadas de percussão. Sob a temática da consagração de lideranças negras e de luta contra infiéis, marimbas de arco, caixas ou tambores percutidos com baquetas e por vezes violas e sanfonas ganhavam um caráter sagrado, com poder de evocar antepassados africanos.

As grandes batalhas e os feitos das dinastias do Congo e de Angola eram lembrados por meio da dramatização de embaixadas reais e danças guerreiras, as congadas. Costumavam-se encenar disputas entre um reino cristão contra um reino pagão. Na cultura portuguesa, o discurso teológico político a respeito da guerra justa tem como referência as Cruzadas e a expulsão dos mouros, por vezes também encenadas em congadas.

[20] A princesa regente

A jovem princesa, preparada para manter fidelidade à monarquia absolutista, não imaginava que seria regente nos momentos conturbados que antecederam o rompimento com Portugal, nem que defenderia a independência do Brasil antes mesmo de dom Pedro I.

Com a partida de dom João VI e Carlota Joaquina para Lisboa, em abril de 1821, Leopoldina concebeu que ficar na América era a solução para a defesa da legitimidade dinástica contra os excessos liberais que ameaçavam o poder dos Habsburgo e Bragança no Brasil. Presidindo o Conselho de Ministros durante a viagem do príncipe a São Paulo, apoiou a permanência dele no Brasil, simbolizada no Dia do Fico. Assim, aos 24 anos, tomava uma decisão política que a sentenciava à permanência indeterminada na América e a privaria pelo restante da vida do convívio com o pai, a irmã e outros familiares.

[21] A participação da Bahia no processo da independência

Primeira sede do governo, centro irradiador das políticas metropolitanas e porto estratégico, a Bahia só perdeu sua situação privilegiada na América portuguesa com a descoberta de ouro na região das Minas e a posterior transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1776. Salvador não queria acolher a corte de passagem, como de fato ocorreu em 1808, mas permanentemente. No processo de separação de Portugal, a Bahia sediou correntes antagônicas: o interior pró-independência e a capital fiel às cortes de Lisboa. Após o 7 de setembro, houve luta armada que deu vitória às tropas imperiais em 2 de julho de 1823.

Mulheres baianas participaram ativamente da batalha patriótica. Maria Quitéria, alistada clandestinamente como soldado fiel à causa brasileira foi descrita por Maria Graham e condecorada pela Ordem do Cruzeiro por dom Pedro I. A tradição oral de Itaparica registra também o papel da negra Maria Felipa, que teria liderado mais de 40 mulheres negras e índias na defesa da ilha. Já Joana Angélica, abadessa do Convento da Lapa, impediu com a própria vida a entrada de tropas portuguesas no claustro.

A conscientização política feminina é também destacada nesta vitrine a partir do manifesto *Carta das senhoras baianas à sua alteza real dona Leopoldina*, que a felicita pela parte por ela tomada nas patrióticas resoluções do príncipe regente. Na representação das 186 senhoras baianas, entregue em mãos em agosto de 1822, declara-se o agradecimento à permanência de dona Leopoldina no Brasil.

Apesar de não voltar a sediar o governo, a Bahia teve uma importante função no equilíbrio político regional a favor do império brasileiro. Em reconhecimento ao apoio obtido no processo de independência, os imperadores visitaram Salvador entre fevereiro e março de 1826, ocasião em que dom Pedro I foi retratado na tela de autoria de Antonio Joaquim Franco Velasco exibida neste núcleo.

[22] O príncipe dom Pedro

Dom Pedro era o segundo filho homem do casamento do príncipe regente português dom João com a infanta de Espanha, dona Carlota Joaquina. O príncipe tivera uma educação menos exigente que a de Leopoldina e uma vida apartada da administração pública. Vivera com o pai, com quem compartilhava o gosto pela música e o amor pelo Brasil.

O noivo era um jovem de vontade forte, sensível às transformações político-ideológicas de seu tempo, liberal a seu modo, influenciável e autoritário quase sempre. Carismático, tinha boa percepção para o processo político e liderança. Era um príncipe romântico, um rei cavaleiro.

Bom filho e pai amoroso, valorizou os conhecimentos político-administrativos da esposa, a quem fez princesa regente em momentos decisivos para o processo da independência. Desejava construir uma nação forte e, para isto, contou com as lideranças nativas do Sudeste, com o suporte imprescindível de José Bonifácio, e com a princesa Leopoldina que, mesmo não sendo adepta do liberalismo, adotou-o, respeitadas as circunstâncias.

[23] Dona Leopoldina e sua descendência

Maria da Glória (1819-1853)

João Carlos (1821-1822)

Januária (1822-1901)

Paula Mariana (1823-1833)

Francisca Carolina (1824-1898)

Pedro (1825-1891)

Leopoldina sabia que seus filhos tinham um papel importante no futuro da descendência dos Bragança. Dos filhos que viveram, dois governaram ao mesmo tempo o antigo reino português: dona Maria da Glória, como dona Maria II de Portugal (1834-1853), e dom Pedro II, imperador do Brasil (1840-1889). Com a abdicação de dom Pedro I, em 1831, e seu retorno para a Europa, seus filhos foram criados longe da família. Apenas dona Maria da Glória cruzou o Atlântico em busca de seu lugar de herdeira do trono português.

[24] A morte prematura da imperatriz

Grávida, deprimida e doente, Leopoldina mal pôde comemorar o primeiro aniversário de dom Pedro II.

Em carta ditada para sua irmã poucos dias antes de morrer, a imperatriz revelou a Maria Luísa suas preocupações com o futuro dos filhos pequenos e a vida de privações, traições e abandono por parte de seu “adorado Pedro”. Nem cânfora, éter, quinado, preces de populares nem a procissão organizada pela Irmandade de Nossa Senhora da Glória foram capazes de deter febres, evacuações biliosas, tremores, o aborto e a infecção que a levou à morte aos 29 anos.

Leopoldina morreu sozinha como regente do império brasileiro. Dom Pedro estava no sul do país lutando contra as províncias de Buenos Aires pelo domínio da Cisplatina, atual Uruguai. De princesa de Habsburgo a princesa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e imperatriz do Brasil, Leopoldina foi até rainha de Portugal – por um breve momento, em 1826. A notícia de sua morte se alastrou rapidamente e o Rio de Janeiro chorou a estadista reconhecida como virtuosa, bondosa e gentil.

[legendas]

Simplício de Sá nasce em Cabo Verde, mas se faz artista em Lisboa. Parte para o Brasil em 1809 e acompanha, anos depois, a chegada da Missão Francesa. Com os artistas não portugueses, desenvolve interesse pela pintura de temas laicos, e torna-se discípulo e auxiliar de Debret antes da fundação da Academia Imperial de Belas Artes. Com a fundação desta instituição será professor, pintor da Real Câmara, mestre de artes da princesa dona Maria da Glória, receberá títulos honoríficos e chegará a ensinar desenho e pintura a toda a descendência de Leopoldina.

A tela *Pedro I e imperatriz Leopoldina*, de 1826, é possivelmente o último registro oficial da estadista em vida. Dom Pedro I fardado e condecorado com as insígnias próprias a um imperador, segura firme, como destemido cavaleiro, o punho de sua espada em bainha. Pés firmes no chão, com as costumeiras botas pretas de couro, cano alto e esporas, a figura iluminada do chefe aparece entre sua esposa e duas escravas negras que amamentam cada

qual um bebê. O futuro Pedro II possuía menos de 1 ano à época. Acima da mulher negra, outra feição feminina ladeada por duas crianças se pronuncia na pintura de uma escultura com o dizer *Charitas*. No ambiente interno, a alegoria da caridade em segundo plano e acima das duas mulheres negras que amamentam crianças brancas compõe uma destacada cena que contrasta com a grande luminosidade e colorido que retratam Leopoldina. A imperatriz usa o mesmo traje de gala do dia da coroação – vestimenta desenhada pelo mestre Debret –, segura um leque e um manto, tem a cabeça ricamente ornada por plumas e leva no peito um medalhão com a figura de seu esposo. A estadista que se dedicou à benemerência e à caridade segue rodeada por crianças: uma lhe suplica mercê, já outra oferece a ela um ramo de flores em uma salva. Próximos à figura de Leopoldina, aparecem civis em trajes oficiais – são as lideranças políticas que apoiavam a construção da nação independente. Dom Pedro I e Leopoldina estão lado a lado, possivelmente não foram pintados juntos e, sim, a partir de outros desenhos e esboços. Cada qual olha para uma direção e é cercado por cenas diversas: ele dialoga com as esferas privadas e quatro figuras femininas; já ela se coloca entre a porta que leva ao apoio político, as reverências feitas pelos infantes e o olhar de quem aprecia a bela tela com os dizeres *Dos Paes communs, piedade, amor, grandeza / O insulto vingão, feito à natureza*.

Mes résolutions [Minhas resoluções]

O documento é uma síntese por excelência da doutrina cristã, dividida em prescrições para todos os dias, para todas as semanas, para todas as festas e para todos os tempos. É um compromisso escrito da princesa que reúne princípios de conduta por ela escolhidos. Leopoldina compromete-se, no primeiro capítulo:

Tentarei ter sempre uma hora determinada para me levantar e me deitar, evitando o excesso de sensualidade durante o repouso.

Desde o meu acordar, o meu primeiro pensamento será a lembrança da presença de Deus [...] Para começar o dia por um ato de mortificação, me levantarei prontamente e convencida de estar inteiramente diante de Deus [...] Assistirei à missa com modéstia e devoção exemplares, comungando aí sempre espiritualmente. Farei minhas orações da noite como aquelas da manhã diante de uma imagem do Crucificado e da Santa Virgem, que terei sempre em meu quarto, e aí acrescentarei o exame de minha conduta do dia.

Às sextas-feiras e aos sábados farei algumas pequenas mortificações, como as de me proibir algum prato na refeição, ou de guardar silêncio durante algum tempo, ou esquivar-me de algum divertimento; mas tudo isso sem que ninguém perceba. Acabarei o último dia do ano por uma revisão geral de minha conduta; farei com fervor a preparação para a morte segundo os conselhos de meu diretor de consciência, e relerei minhas resoluções para gravá-las ainda mais no coração e no espírito.

Não se sabe de outro modelo para as resoluções, apenas Maria Teresa, sua bisavó, teria feito regras de educação para as filhas Maria Antonieta e Maria Amélia. As resoluções não passavam de um programa de vida de uma jovem inexperiente, de bons propósitos, ainda não assimiladas em grau considerável pela personalidade em formação que primeiro tinha de enfrentar a vida real.

A Coleção Judaica do MAR é de iniciativa de cidadãos com vistas à constituição de um fundo simbólico para apresentar a participação dos judeus na formação do Brasil desde o descobrimento e o processo de emancipação do povo judeu, além de promover a cultura de paz. No contexto da exposição *Leopoldina*, são aqui apresentados objetos de culto e gravuras. A representação da Diáspora no MAR inclui imagens de guetos, documentos sobre as limitações à liberdade e o processo de genocídio histórico no Egito antigo e na Europa medieval.

O acervo bibliográfico do MAR inclui uma obra de referência entre os pensadores da emancipação judaica: o livro *Conciliator* (1633) de Menasseh ben Israel e o jornal que dá notícia da morte de Moises Mendelssohn, o filósofo do iluminismo judeu da segunda metade do século XIX.

A Judaica no MAR tem foco no processo de emancipação dos judeus na Península Ibérica anteriormente à inquisição; na Holanda do século XVII; na Inglaterra, com o Act of Parliament de 1753; no processo napoleônico de reconhecer, tolher e controlar os direitos; no Congresso de Viena, que determinou o reconhecimento dos direitos dos judeus por parte dos países; e em outros momentos históricos, como a Áustria na virada para o século XX e na República de Weimar.

Códices secretos da infanta espanhola e rainha de Portugal dona Carlota Joaquina

Os códices são registros da correspondência oficial de dona Carlota Joaquina, durante sua permanência no Brasil, que atestam a articulação política que ela desenvolveu com as províncias espanholas da região platina. Como irmã do rei espanhol Fernando VII, retirado do poder por Napoleão, ela buscava se legitimar no trono espanhol em relação aos domínios hispânicos na América, em plena ebulição dos processos de independência. Esta documentação cedida pelo arquivo do Grão-Pará evidencia a faceta de uma mulher ávida de mando buscando ampliar sua atuação no cenário político, objetivo que perseguiu por toda a vida.

Dom João de Orleans e Bragança é quadrineto de dom Pedro I e dona Leopoldina. Sua descoberta do Xingu foi aos 24 anos, quando dom João acompanhou amigos que faziam uma pesquisa universitária sobre a arquitetura indígena. Cabia ao príncipe fotografar a incursão, que virou uma reportagem, com imagens e texto dele, na *Geográfica Universal*. No ano passado, quando João postou uma das fotos da expedição numa rede social, foi encontrado por um dos índios clicados por ele em 1978. Em 2015 ele voltava à tribo dos camaiurás,

convidado para assistir à cerimônia Quarup, 37 anos depois de uma primeira estada entre os índios. A estreia como fotógrafo profissional em exposições aconteceu em 1987. Desde então, ele percorreu o país para registrar em imagens os descendentes de escravos em Trajano de Moraes, no interior do estado, o trabalho de voluntários na periferia de São Luís, no Maranhão, os índios ianomâmis do Alto Rio Negro, no Amazonas, ou os artistas do AfroReggae em Vigário Geral, no Rio. É essa curiosidade por conhecer gente, afirma o príncipe, que o torna um "fotógrafo antropológico".